

# | 945 | OS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E OS REASSENTAMENTOS COMO DEFLAGRADORES DE CONFLITOS AMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO DAS HIDRELÉTRICAS DE CANDONGA E ITAPEBI<sup>1</sup>

*Marina de Oliveira Penido, Laís Jabace Maia*

## **Resumo**

O artigo discute os processos de deslocamento compulsório e reassentamento de atingidos por usinas hidrelétricas nos casos das Hidrelétricas de Candonga, na Zona da Mata, e Itapebi, no Vale do Jequitinhonha, ambas em Minas Gerais e justificadas por projetos de desenvolvimento das regiões consideradas pouco produtivas. O objetivo é analisar os conflitos ambientais associados ao processo de deslocamento compulsório e reassentamento, questionando a imposição da racionalidade do Setor Elétrico ao sistema organizacional das comunidades rurais. A fim de atingir o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com os reassentados, com base na metodologia de história oral. Como observado durante a pesquisa, as contradições existentes na relação reassentados/reassentamento expressam a oposição entre dois modos distintos de apropriar e significar o espaço: de um lado a racionalidade técnica e economicista do segmento empresarial, manifesta na estruturação citadina dos reassentamentos; e de outro as práticas e representações dos atingidos, vinculadas a um modo de vida essencialmente rural. O reassentamento, como técnica para solução dos impactos originários do processo de deslocamento compulsório, engendra novas opressões e ameaças à reprodução da vida dos grupos rurais, bem como evidencia a dominação operada pelo setor elétrico em toda a dinâmica imposta aos atingidos, deflagrando “conflitos ambientais” e diferentes formas de resistência.

**Palavras-chave:** Hidrelétricas; deslocamento compulsório; reassentamento; conflitos ambientais.

## **Introdução**

A reprodução ampliada do capital está diretamente associada aos processos e circuitos de valorização e acumulação de riqueza socialmente produzida, assim como às relações de dominação, que atuam no âmbito mais geral da sociedade. Nesse contexto, a produção energética é essencial para a manutenção do sistema capitalista calcado em um modelo urbano-industrial. A energia, que se apresenta nessas relações sociais como mercadoria, é determinado e direcionado pelas lógicas do mercado.

A hidroeletricidade responde por mais de 65% da matriz energética nacional (ANEEL, 2012), sendo considerada prioritária devido ao alto potencial hidráulico do país e à prevalência de interesses de mercado, subsidiados pela ação do Estado. Os consumidores de

---

<sup>1</sup> Uma versão preliminar do presente trabalho foi apresentada no Fórum Especial “Populações Atingidas, Populações Atraídas: Impactos Sociais de Projetos e Polos de Desenvolvimento”, durante a 28ª RBA. São Paulo, julho de 2012.

maiores quantidade de energia são as grandes multinacionais, notadamente, as indústrias eletrointensivas.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (2012), existem 989 usinas em operação no Brasil e, conseqüentemente, milhares de pessoas expropriadas e expulsas de suas terras para a implementação ou em decorrência do funcionamento de tais empreendimentos (MAB, 2012). Entretanto, a energia vem sendo tratada como recurso primordialmente de uso coletivo do país, representações que pautadas no discurso do “bem comum” ocultam e mantêm as formas de apropriação privada e desigual do meio ambiente. Não obstante a gravidade dos problemas socioambientais causados pela geração de energia hidrelétrica, esta tem sido consensualmente legitimado face aos graves impactos ambientais relacionados às energias provenientes dos combustíveis fósseis.

Para viabilizar a continuidade da acumulação de capital, diferentes instâncias da vida passam a compor o cenário de estratégias do mercado global, tanto através da composição de novos espaços e tempos de consumo, quanto pelo condicionamento social e subordinação do cotidiano à esfera econômica. Esse processo de reprodução social subserviente ao mercado é mais perverso para os grupos menos favorecidos, como observado neste trabalho nos atingidos pelas hidrelétricas Candonga e Itapebi, em Minas Gerais.

O foco da análise encontra-se nas contradições engendradas pelos processos de deslocamento compulsório e reassentamento dos atingidos por essas hidrelétricas. Os conflitos ainda perduram anos após a conclusão das usinas e do reassentamento, seja em decorrência das indenizações e compensações inadequadas, seja pelas alterações no modo de vida das comunidades, cujas consequências não são passíveis de restituição.

Nesta perspectiva, é intento deste trabalho explicitar que a relação reassentados/reassentamento expressa a oposição entre modos distintos de apropriação e significação do espaço: de um lado a racionalidade técnica e economicista do segmento empresarial, manifesta na estruturação em padrões citadinos dos reassentamentos; e de outro as práticas e representações dos atingidos, vinculadas à vida rural.

### **As hidrelétricas de Candonga e Itapebi e o ideário desenvolvimentista**

Embora o debate ambiental hegemônico negligencie as relações de poder inscritas na disputa pela apropriação do ambiente, as diferentes posições entre sujeitos e grupos sociais tendem a sustentar forças desiguais marcadas pelas assimetrias na significação da natureza (BOURDIEU, 2004; ZHOURI e OLIVEIRA, 2005). O privilégio de

uso de um “espaço ambiental”<sup>2</sup> para fins de acumulação exclui diversos usos e apropriações de outros segmentos sociais, o que acarreta a emergência de injustiças socioambientais<sup>3</sup>.

Nesse sentido, a predominância do valor econômico em detrimento das demais construções simbólicas acerca da natureza justifica-se por um suposto consenso calcado em valores centrados no ideário do desenvolvimento sustentável, sistema que vincula interesses do capital e relações capitalistas a uma possível reorientação política que visa conciliar desenvolvimento e meio ambiente (SACHS, 2000).

No plano discursivo, a questão energética encontra na hidroeletricidade a possibilidade de aliar progresso e desenvolvimento com a produção de energia renovável, conforme a abordagem institucional do desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, o argumento ecológico é apropriado por forças hegemônicas para servir como reforço aos modelos de dominação vigentes – fundados em políticas energéticas que priorizam, por exemplo, as barragens hidrelétricas (ACSELRAD, 2009).

A hegemonia do pensamento desenvolvimentista obscurece as relações de poder (RIBEIRO, 2008) e promove “o deslocamento da política para a economia, do debate sobre direitos para o debate sobre interesses” (Zhouiri e Oliveira, 2010, p. 444). Esse pensamento, que é parte tanto do pensamento científico quanto da lógica do mercado e do senso comum, distingue de forma abrupta tradição e modernidade, dando àquela uma conotação inversa à moderna, ou seja, à sociedade do progresso econômico e tecnológico (ESCOBAR, 2003).

Assim, a modernização como “a única força capaz de destruir as superstições e relações arcaicas”, opera a colonização da realidade pelo discurso do desenvolvimento (Escobar, 1995, p. 5 *apud* Lander, 2005, p. 34). Nesses termos, a expansão geográfica da acumulação do capital é garantida mediante a imposição do “desenvolvimento” como meta generalizada para todo o mundo (Harvey, 2005, p. 55).

No Vale do Jequitinhonha o paradigma desenvolvimentista desdobrou-se na implantação de frentes de modernização do capital para a região, as quais foram incentivadas por políticas fiscais e de crédito e alteraram

---

<sup>2</sup> Segundo Matínez-Alier (1999, p. 227) “espaço ambiental” foi um conceito elaborado pela ONG Amigos da Terra (Holanda, 1993) e refere-se ao “espaço geográfico realmente ocupado por uma economia, levando em conta importações de recursos naturais e lançamento de emissões”. Pádua (1999) tenta aproximar o cálculo econômico do ecológico, afirmando que o conceito de espaço ambiental é fecundo para indicar as iniquidades no uso dos recursos. O debate sobre esse conceito evidencia que a “busca da sustentabilidade requer mudanças radicais, que necessariamente incluem transformações na estrutura social e nos padrões de produção e consumo” (Idem, p. 26).

<sup>3</sup> A idéia de “injustiça ambiental” expõe que a desigualdade ambiental apresenta-se intimamente associada à questão da desigualdade social, estruturando uma forte relação entre degradação ambiental e injustiça social. Sobre “justiça ambiental” ver: ACSELRAD et al, 2004.

significativamente a distribuição e o uso local da terra. O planejamento para o Vale iniciou-se na década de 1970, pautado em uma visão orientada por parâmetros industriais, tecnológicos e urbanos cujo objetivo era intensificar a inserção dos territórios no processo de mundialização do capital (ZHOURI e ZUCARELLI, 2010). Através do Programa Novo Jequitinhonha, nos anos 1980, o poder público estadual pretendia promover o desenvolvimento da região por meio de obras de infraestrutura. Este previa a construção de 16 projetos hidrelétricos, sendo estes legitimados por representações de atraso e carência atribuídas ao Vale.

Nesse quadro, a construção de hidrelétricas apresenta-se como forma de promoção do “desenvolvimento” regional e de apropriação lucrativa de áreas consideradas “periféricas”. Evidencia-se tal abordagem no *modus operandi* das empresas contratadas para elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental, em que é comum a desqualificação do local atingido pelo empreendimento hidrelétrico, retratado como atrasado, pobre e improdutivo.

Observa-se nos discursos técnicos que legitimam os grandes empreendimentos, que as terras da Zona da Mata, mesorregião com maior população rural do estado de Minas Gerais, são consideradas de baixa qualidade e a produção agrícola é avaliada como pouco significativa (CARDOSO & JUCKSCH, 2008). Tais áreas consideradas inaptas para a agricultura correspondem, como explicita o trecho a seguir, às áreas de uma agricultura familiar de base camponesa:

[...] a área diretamente afetada encontra-se em um processo de estagnação econômica, sem apresentar tendência de mudanças em curto prazo. Nessa região verifica-se uma correspondência entre a apropriação dos recursos materiais e as atividades econômicas desenvolvidas. Ao baixo potencial produtivo das terras e à pouca disponibilidade de área apta para a agricultura corresponde uma agricultura de subsistência, desenvolvida em pequenas propriedades, pouco intensiva, em capital, que se viabiliza graças a um peculiar modo de produção (EIA UHE Pilar. THEMAG, 1996 *apud* Cardoso & Jucksch, 2008, p. 231).

Esse quadro de miséria é alardeado por discursos de saber, atrelados a formações e práticas discursivas, que formatam e propagam certos repertórios de conduta, valorizam modelos específicos de pensamento, criam ideais, difundem metáforas e estabelecem jogos de linguagem (SAID, 2007; FOUCAULT, 1987; BOURDIEU, 2010). Os discursos sobre o

potencial de um projeto para o desenvolvimento local ou regional convergem parceiros de menor capacidade financeira, tecnológica e administrativa a corporações com maior concentração de capital e poder, que passam a ter acesso a novos mercados (RIBEIRO, 2008). A concepção elaborada pelos grupos dominantes acerca do Vale do Jequitinhonha e das comunidades rurais da Zona da Mata consiste em uma negociação, em um jogo de poder assimétrico, em suma, em uma prática discursiva que ao mesmo tempo em que constrói concepções de atraso econômico e social, impõe uma visão do moderno baseada no progresso tecnológico.

Os grupos hegemônicos engendram “verdades” sobre a alteridade, produzindo estereótipos de subjetividades fundamentais para invenções estigmatizadoras dessas comunidades rurais – criações que se afastam da realidade local, pois, para terem sentido, elas dependem mais dos que as constroem do que daqueles que são inventados (SAID, 2007). O desenvolvimento opera, assim, como um sistema classificatório que estabelece taxonomias de povos, sociedades e regiões (RIBEIRO, 2008). Dessa forma, as representações culturais que associam adjetivações negativas aos pequenos agricultores do Vale do Jequitinhonha e da Zona da Mata operam uma lógica sócio-cultural dominante que oculta o valor socioeconômico da agricultura camponesa no modelo econômico brasileiro.

O procedimento comum de intervenções públicas e privadas desconsidera as características locais e culturais ao reduzir a população do Vale do Jequitinhonha à categoria de “baixa renda” (GALIZONI e RIBEIRO, 2010) e as relações econômicas da Zona da Mata a “processo de estagnação”. Configura-se, assim, uma disputa entre a vivência pautada nas diversas simbolizações do lugar e a transformação do espaço em sítio homogêneo a ser incorporado aos fluxos globais do capital (ESCOBAR, 2005).

Embora a hegemonia dessa perspectiva seja perceptível na configuração das interações e das intervenções do poder público na região, o modo de vida local e, por conseguinte, as formas de relação social específicas desses grupos não são fundamentadas por alguma espécie de atraso ou disjunção aos paradigmas contemporâneos de modernidade técnica. Ao contrário, no decorrer de sua história, os agricultores, ribeirinhos e lavradores das zonas rurais do Vale do Jequitinhonha e da Zona da Mata Mineira construíram um profundo conhecimento da região e desenvolveram um sistema produtivo altamente complexo com arranjos e técnicas diversas para explorar e cuidar do meio, estabelecendo formas de lidar com a disponibilidade de recursos e com a sua possível escassez compartilhada (GALIZONI e RIBEIRO, 2010). É nesse contexto de contradições e conflitos

desencadeados pela ideia-força do desenvolvimento que se inserem as hidrelétricas de Candonga e Itapebi.

### **A Hidrelétrica Candonga**

Com a crise no setor elétrico em 1990 – marcada pela crescente demanda de energia elétrica, incapacidade de investimento das empresas estatais e paralisação de diversas obras – o governo federal acelerou a realização de medidas para privilegiar e reestruturar o setor (ROTHMAN, 2008). Em meio ao quadro de privatizações, a hidrelétrica de Candonga faz parte de um grupo de empreendimentos financiados por empresas privadas que, a partir da promulgação da nova lei para concessão de serviços públicos editada em 1995, ingressam no mercado de geração de energia elétrica em Minas Gerais (LEMOS, 1999; GARCIA-VIEIRA, 2000).

A construção de Candonga deu-se de 2001 a março de 2004. O reservatório da usina afetou diretamente cerca de 280 pessoas, das quais 270 residiam em São Sebastião do Soberbo. Além de inúmeras outras famílias que, apesar de não terem sofrido com o deslocamento compulsório, tiveram comprometida sua capacidade de trabalho, especialmente os meeiros e garimpeiros não apenas do distrito de São Sebastião do Soberbo, como também do município de Rio Doce e das comunidades de Jerônimo, Santana do Deserto e Marimbondo.

São Sebastião do Soberbo, o povoado mais atingido pela construção da barragem, constituía-se como tipicamente ribeirinho cuja dinâmica econômica pautava-se na agricultura familiar, pesca e garimpo. Na seca os moradores retiravam, por meio da faiscação, ouro do rio, uma importante fonte complementar de renda. Nos períodos chuvosos grande parte das famílias trabalhava como meeira ou explorava sua própria terra (PENIDO, PEREIRA e LAGES, 2011).

O alagamento deslocou a maioria dos atingidos para o reassentamento Novo Soberbo. O formato mais urbano que propriamente rural<sup>4</sup> do reassentamento colabora para a desestruturação dos processos de identificação individual e coletiva dos sujeitos com o seu espaço de vivência e para a desarticulação das relações de produção e de reprodução social anteriormente existentes.

---

<sup>4</sup> Na acepção de que o “espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o 'espaço natural' aparecem como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa” (Marques, 2002, p. 109), tem-se uma alteração significativa entre o antigo *lugar* de vivência e o reassentamento Novo Soberbo.

A insatisfação dos atingidos permaneceu latente até a concessão da Licença de Instalação. Dentre as estratégias utilizadas pelo empreendedor para alcançar rapidamente seus objetivos destacam-se a desarticulação e pressão sobre lideranças locais e negociações individuais das terras e benfeitorias. O sr. M. descreve bem tal processo, que visava ao consentimento, desmobilização e fragmentação social dos atingidos:

[...] aí eles vinham com a conversa fiada, dizendo que eu era chegado, que é... que se importavam com a minha família, que iam fazê um agrado e que era só pra mim... tá, então aí eles diziam "não comenta com seu vizinho, nem com ninguém, é só pra você amigo!" Então o povo que achava que tinha feito boa negociação, no começo ficava calado, com medo de melar a negociação ou com medo deles levarem as coisas pra justiça porque eles ameaçavam assim... Só que a situação ficou feia, quando as coisas foram sendo descobertas. Então, veja só moça, aí foi vendo que um estava recebendo muito mais que o outro. Entendeu? Uns enricaram nas costas de outros coitadinhos que receberam mingüado ou não receberam foi nada, porque nem no cadastro de atingido tava, mas era (Entrevista com reassentado, 54 anos, em 25/02/07).

O descontentamento das famílias diante da recusa ao reconhecimento de seus direitos, assim como a consciência dos privilégios auferidos pelos líderes que se aliavam aos empreendedores, transformou o desagrado, até então silencioso e individual, em conflito aberto e coletivo (PINTO, 2005). A partir deste momento, os constrangimentos vivenciados durante o processo de licenciamento deixaram de representar apenas infortúnios de indivíduos isolados e passaram a expressar uma experiência compartilhada, da qual emergiu o potencial para uma ação coletiva voltada para o alargamento dos padrões de reconhecimento dos direitos dos atingidos. O movimento de resistência dos atingidos pela UHE Candonga iniciou-se em 2003, articulando-se com o MAB e com o Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB/UFV).

A negação da participação dos atingidos nos processos decisórios e de planejamento durante o licenciamento ambiental da usina estendeu-se à execução do projeto do reassentamento. Os procedimentos formais detiveram a participação efetiva das comunidades atingidas. Como expõe o relato a seguir, a construção do reassentamento deu-se autoritariamente:

A construção do Novo Soberbo foi iniciada de forma fechada, sem qualquer acesso da comunidade para verificação. Quando esse acesso foi permitido, por pressão da comunidade, verificou-se o quê? [...] São casas que não possuem colunas, em que a rua está no nível do telhado. Você sai na porta da sua cozinha e, daí a meio metro, você tem um paredão de barro, que é o seu terreno, que acaba ali. E a rua, na altura do telhado. O consórcio disse que aquilo estava muito bom, que a comunidade tinha aprovado aquilo. O tamanho das casas também foi objeto de vício no processo de escolha, porque foi apresentada uma planta de engenharia para uma comunidade sabidamente despreparada para analisar esse tipo de documento; pessoas com pouca escolaridade, pessoas de idade que não têm ideia do que seja 47 m<sup>2</sup> ou 120 m<sup>2</sup>. E por aí vai o descabro (Representante dos atingidos, CIF/COPAM 2002, ata da reunião de 14/03/03).

A insatisfação com o reassentamento tornou ainda mais contundente a resistência das famílias ao processo de realocação. Em abril de 2004 os moradores mudaram-se para o reassentamento de Novo Soberbo, restando 20 famílias em São Sebastião do Soberbo (PINTO, 2005). A fim de sufocar a resistência dessas famílias à mudança, foi obtida uma ordem judicial para despejá-las, com autorização do governo estadual para uso de aparato policial. Em um contexto em que o uso da força torna-se uma face presente e naturalizada nas relações sociais, o comprometimento do poder público acaba por alimentar ainda mais as ações violentas, na medida em que socialmente elabora-se é impossível resolver pendências fora das “regras tradicionais” (DOS SANTOS, 1992). Assim, com a legitimação do Estado, soldados armados expulsaram os moradores que resistiam ao deslocamento, como noticiado:

Estado e empresas tratam questão social como caso de polícia. Ontem, no dia 3 de maio, aconteceu a maior Operação Militar da história do MAB em Minas Gerais e da história de resistência dos movimentos em toda a Zona da Mata mineira para despejar 20 famílias — em torno de 70 pessoas que estavam resistindo em Soberbo, povoado que será totalmente inundado pela barragem de Candonga. A operação durou de 7 da manhã até às 9 horas da noite e envolveu 8 comandos de 8 municípios diferentes, somando um contingente de 190 soldados armados, entre civil, militar e um grande batalhão do GATE — Grupo de Ações Táticas Especiais —, da região de Valadares ([www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br), 2004 *apud* Pinto, 2005, p. 121).



O não-reconhecimento dos direitos dos atingidos os submeteram a diferentes formas de violência, muitas vezes dissimuladas pelas formas de dominação nas quais se pode constatar um certo grau de consentimento, fundado em procedimentos socialmente aceitos. A violência, que tem a coerção como manifestação mais visível, tornou-se evidente através da expulsão das famílias que resistiam ao processo de deslocamento e reassentamento.

### **A hidrelétrica de Itapebi** <sup>5</sup>

A hidrelétrica de Itapebi, localizada na divisa da Bahia com Minas Gerais, pertence a uma sociedade anônima de capital aberto. A prefeitura de Salto da Divisa posicionou-se favorável à implantação do empreendimento e emitiu a Licença de Instalação em 1999. Além de comunidades nos municípios de Belmonte e Itapebi, a área do reservatório atingiu diretamente aproximadamente 35 famílias em Salto da Divisa/MG, as quais eram compostas basicamente por pescadores, extratores de pedra, lavadeiras e garimpeiros (de topázio e diamante). Como medida compensatória ao deslocamento compulsório foi construído um reassentamento no Bairro Vila União, em Salto da Divisa.

Tal como no caso da hidrelétrica de Candonga, o processo de mobilização social torna-se mais evidente na conclusão das obras da barragem, momento em que os prejuízos e danos às comunidades atingidas são como que materializados e as dificuldades de diálogo com as empresas ou o poder público acentuam-se. Foi nesse momento que, segundo relatos dos moradores, surgiram as Associações<sup>6</sup>. As negociações foram marcadas pela fragmentação setorial: cada categoria associou-se politicamente, buscando demarcar seus direitos e interesses. Atualmente, os principais agentes de mobilização local são o Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos (GAAD), a Associação de Pescadores de Salto da Divisa e a Associação das Lavadeiras.

Entre as principais categorias de atingidos destacamos as lavadeiras e os pescadores. Aquelas utilizavam o rio para lavar as roupas – tradição que constitui uma

---

<sup>5</sup> Este tópico foi elaborado com base no relatório da pesquisa de campo do projeto Mapa dos Conflitos Ambientais do Estado de Minas Gerais, desenvolvido pelo GESTA/UFMG. O trabalho de campo realizou-se em julho/2008 e o relatório redigido por Marina Penido e Rodrigo Madureira. Destaca-se aqui o trabalho de Zhouiri e Zucarelli (2010), que retrata com riqueza os conflitos envolvendo a hidrelétrica de Itapebi.

<sup>6</sup> De acordo com Rothman e outros (2011), as formas de sociabilidade encontram-se diferenciadas em dois tipos de redes sociais: redes que se formam a partir de uma base social informal, compostas por relações de parentesco, vizinhança e amizade; e as redes associativistas, que possuem relações de identificação entre diversos atores coletivos, provocando o chamado tecido social local, associativo, que busca a influência política entre grupos, objetivando a formação de movimentos comunitários, associações civis, organizações reivindicatórias, etc..

importante fonte de renda familiar e da relação entre as mulheres. Com a formação do reservatório tornou-se impossível executar a atividade nas margens.

O empreendedor construiu uma lavanderia para restabelecer a atividade. Entretanto, conforme o IBAMA (2006, p. 8) “a mesma não atende às necessidades, uma vez que, tem pouco espaço e possui apenas 6 tanques pequenos para atender, segundo a representante das lavadeiras, uma média de 80 mulheres”. Dona T. relata:

o ponto de trabalho que a gente tinha não tem mais. Eu lavava roupa no rio pra comprar o pão de cada dia. Tomamos muito prejuízo e estamos sofrendo até hoje. [...] Falaram que iam fazer a lavanderia, mas não foi feito do jeito que eles falaram. A pia é pequena e de plástico. Agora tem que pagar água, energia. Não tem como não, de maneira nenhuma...” (Reassentada, relato em 16/07/08).

O espaço não chegou a ser utilizado pelas lavadeiras, que reivindicam sua ampliação e a troca dos tanques por outros de dimensões maiores em número suficiente para atender toda a categoria, “bem como a construção de mais uma lavanderia do outro lado da cidade para atender as lavadeiras que residem no lado oposto ao que está instalada a atual lavanderia” (IBAMA, 1996, p. 8-9).

O lago do reservatório também alterou drasticamente a atividade pesqueira, especialmente em Salto da Divisa, a montante da barragem. Como exemplo, o robalo, peixe de maior valor comercial antes encontrado no rio não existe mais, surgindo o pintado, predador de outros peixes e exótico à região (MPF, Procedimento nº 1.22.000.002045/2006-08, vol. I, p. 3-5). Ademais, a construção do reservatório exige novos procedimentos: “Hoje pra pesca precisa de barco a motor, gasolina, ajudante e muito pano de rede. Antes não precisava” (Entrevista com o presidente da Associação de Pescadores de Salto da Divisa).

Segundo o presidente da Associação de Pescadores de Salto da Divisa, como medida compensatória a empresa forneceu barcos motorizados aos pescadores. Entretanto, a quantidade de barcos fornecidos corresponde à metade do número de pescadores e os altos custos gerados para a manutenção vêm onerando a atividade pesqueira.

## **Os reassentamentos das hidrelétricas de Candonga e Itapebi**

Os programas de reassentamento compõem o rol de medidas mitigadoras dessas hidrelétricas, como forma antecipatória de relativizar/dissimular as conseqüências

ambientais dos empreendimentos nas áreas onde serão instalados. Segundo Vainer (1993), ao desconsiderar a vida e o modo de vida das pessoas atingidas, a avaliação técnica dos EIA-RIMAs, mais que uma representação ideológica da situação concreta, constitui uma forma de garantir a viabilidade do empreendimento:

[...] a recusa da condição de sujeito histórico às populações afetadas, a postulação de que o único sujeito efetivo - capaz de subjetividade, de projeção e de ação - é o empreendedor/empreendimento, mais além de uma representação ideológica da situação concreta, constitui, pois, condições para o sucesso do projeto, quanto à validação das previsões de impacto social (VAINER, 1993, p. 192).

Como todo discurso ideológico é lacunar e ganha coerência através dos não-ditos, de “termos ausentes que garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado” (Chauí, 1981, p. 4), as contradições não aparecem nesses estudos ambientais, nos quais se compõe um discurso que está implicitamente a serviço da dominação de grupos sociais historicamente determinados. Os EIA-RIMAs, nesse sentido, “são um corpo sistemático de representações e de normas que 'ensinam' a conhecer e a agir” fundamentado, pois, nos princípios do que se define como ideológico (CHAUÍ, 1981).

Os estudos ambientais tendem a abordar o empreendimento como um fato consumado, imprescindível ao desenvolvimento do país, o que reduz e elimina qualquer tipo de indeterminação com relação à necessidade de realizá-lo. Esta abordagem fica evidenciada nos projetos de reassentamento na medida em que eles consistem na proposição de medidas que partem da certeza inexorável de que o empreendimento será implementado. Programa-se, nesse sentido, uma ordem *instituída*, que anula as possibilidades do *instituinte* através do próprio discurso técnico, “competente”, que sustenta ilusões de veracidade e objetividade incontestável ao que é dito (CHAUÍ, 1981).

Como contraponto à alegada neutralidade da técnica, Marcuse (1964) apresenta sua identidade associada à dominação. Ao descortinar na sociedade industrial uma tendência totalitária que se baseia no controle social crescente, intermediado e cada vez mais aperfeiçoado pela técnica, o autor elucida que “hoje, a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia, e esta garante a grande legitimação do crescente poder político que absorve todas as esferas da cultura” (Marcuse, 1964, p. 154).

Acselrad (2004) associa a técnica ao modo socialmente definido de apropriar e imprimir significados ao espaço. Nestes termos, o reassentamento como técnica/instrumento para solução do deslocamento compulsório, expressa determinadas concepções e representações, desvelando ideologias e o caráter estratégico do espaço, apropriado por interesses privados do mercado – nesse caso de produção de energia.

Em ambos os reassentamentos em análise a valorização de concepções e representações de espaço vinculadas a um ambiente urbano manifesta-se na prevalência de uma certa ordem e de uma certa estética condizente com sistemas simbólicos fundamentados em padrões citadinos. Tal ordem e estética diferem-se, substantivamente, da organização e estruturação dos povoados ribeirinhos, de base rural, voltados, sobretudo, para a pesca, a agricultura e o garimpo.

Nesse contexto de indenizações voltadas para a construção de infraestruturas urbanas no reassentamento, os atingidos são tratados como “beneficiários” do empreendimento (REBOUÇAS, 2000). Como exemplo do reassentamento de Candonga, o projeto da “nova cidade” apresentado à FEAM seria o de um novo distrito com área comercial e industrial para desenvolvimento econômico da região de Santa Cruz do Escalvado (o qual não foi concretizado). Desse ponto de vista, os que seriam contemplados por tal iniciativa só poderiam ser considerados “favorecidos”, apesar de constitutivamente serem os “atingidos” pelo empreendimento.

Em ambos os reassentamentos os quintais das casas são impróprios ao plantio em decorrência da sua pequena extensão e da má qualidade dos solos. No caso de Itapebi, os quintais apresentam também alta declividade e o solo pedregoso.

Evidencia-se, assim, a *residência* como função primordial dos reassentamentos, sendo, pois, as atividades econômicas associadas à terra e ao rio quase totalmente suprimidas no espaço do reassentamento. Em Novo Soberbo o comércio encontra-se reduzido a três bares e uma mercearia, sem que haja qualquer outro tipo de fonte geradora de renda (PENIDO, PEREIRA e LAGES, 2011). Da mesma forma, o reassentamento da UHE de Itapebi não oferece aos moradores formas de sobrevivência, apesar de impedir o reestabelecimento das atividades econômicas praticadas pelos atingidos.

A “funcionalidade”<sup>7</sup> dos reassentamentos analisados está muito aquém das necessidades das pessoas que nele residem:

---

<sup>7</sup> A funcionalidade de um espaço construído para determinados fins “não pode ser medida apenas em termos ergonômicos ou de disposição adequada de equipamentos e mobiliários, porque as atividades são desenvolvidas por pessoas” (Malard, 2006, p.125).

Ninguém pensava em mudar de lá não. Podia criar galinha, porco. O bairro aqui é bom, as casas são boas, mas ficamos numa situação muito difícil. O rio não pode usar mais. Fomos prejudicados diretamente, só Deus pra ter piedade de nós (Dona T., relato em 16/07/08).

Apesar de seu formato citadino, a estruturação dos reassentamentos não permite que o urbano, em sua vivacidade de relações, se realize. Inexistem as “benesses”, mesmo os equipamentos urbanos os característicos de uma cidade pequena. São, portanto, urbanos somente em sua aparência, na ambientação conformadora de comportamentos e modos de uso tipicamente citadinos. Nestes termos, a imposição de um espaço urbano reduzido à sua forma expressa, na realidade, a impossibilidade de realização do urbano: impossibilidade do espontâneo, do uso, da reunião e das trocas para além das trocas monetárias (LEFEBVRE, 1991). Como no caso de Novo Soberbo, construiu-se uma “nova cidade” que concretizou a ausência do direito à cidade (Idem).

A estruturação e formato do reassentamento tampouco permitem o rural, constituindo-se como um espaço não-funcional, uma vez que não serve às necessidades e à reprodução do modo de vida de seus moradores. Assim sendo, explicitam-se neste espaço contradições entre a tecnocracia esterilizadora; e aquilo que se configura como fundamental para os atingidos.

### **Considerações Finais: reassentamento e conflitos ambientais**

O reassentamento, expressão da racionalidade do Setor Elétrico, foge às lógicas de apropriação do espaço dos atingidos, deflagrando tensões e conflitos. As reivindicações e mobilização social, tanto em Itapebi como em Candonga, emergiram após a construção da barragem. Por um mecanismo de eufemização, o poder simbólico (BOURDIEU, 2010) exercido pelos empreendedores é dissimulado por estratégias de negociação individual e desencontro das informações durante o período de incerteza (REBOUÇAS, 2000). Quando os prejuízos já eram evidentes e as medidas compensatórias não permitiam aos reassentados a reprodução de seus modos de vida, este poder passa a expressar nitidamente as relações de força e a violência às quais os atingidos estavam subordinados. Assim, consideramos os reassentamentos analisados como um dos elementos promotores e propulsores de “conflitos ambientais”.

Os “conflitos ambientais” aqui considerados referem-se às práticas sociais de uso e significação do espaço. Logo, no cerne dos conflitos encontram-se relações de poder articuladas por diferentes segmentos sociais e seus respectivos projetos políticos<sup>8</sup>, que produzem e imprimem significados ao espaço (ACSELRAD, 2004; ZHOURI *et al*, 2005). Nessa medida, conflitos ambientais são:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (Acselrad, 2004, p. 26).

Nesse sentido, os conflitos ambientais extrapolam as tentativas de resolução técnica e burocrática propostas pelos setores hegemônicos do capital (ZHOURI *et al*, 2005), uma vez que há diferenças constitutivas e reais entre sujeitos e projetos sociais.

Segundo Lemos (1999, p. 20), o conflito ambiental caracteriza-se como “uma forma de luta social” que “não opõe o homem à natureza, mas opõe os homens entre si, suas idéias, valores e representações sociais”. Esta caracterização destaca as dimensões social e política de tais conflitos, que, recorrentemente, aparecem associados à questão dos direitos sociais e da apropriação desigual do território e de seus recursos (OLIVEIRA, 2001). As relações de poder inscritas na disputa pela apropriação do ambiente e as assimetrias na significação da natureza originam conflitos ambientais que tendem a ser negligenciados, posto que o privilégio de uso de um espaço ambiental para fins de acumulação exclui diversos usos e apropriações de outros segmentos sociais (ZHOURI e OLIVEIRA, 2005).

Nesses termos, a racionalidade e as formas de apropriação do espaço efetivadas pelo Setor Elétrico, não raro, contrapõe-se à racionalidade e formas de apropriação da natureza dos atingidos, como revela o espaço dos reassentamentos, que não garantem a reprodução dos meios de trabalho dos atingidos e as condições culturais e simbólicas das comunidades ribeirinhas. Aqui, a racionalidade do Setor Elétrico, respaldada pela ação do Estado, reduziu o modo de vida e os meios de subsistência dos atingidos a meros “imóveis” e “propriedades”, passíveis de serem compensados e realocados (OLIVEIRA, 2005).

---

<sup>8</sup> Dagnino (2004, p. 98) define “projetos políticos” como “[...] conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientem a ação política dos diferentes sujeitos”.

Delineia-se, assim, a incompatibilidade entre a racionalidade utilitarista mercantil e a que valoriza a comunidade, a terra como patrimônio e a memória coletiva: “A casa era simples, mas as pessoas viviam bem. Direito não tem dinheiro que pague” (Sr. J., relato em 16/07/08). A imposição de outro “estilo de vida” através dos reassentamentos pautados em uma visão técnica e economicista configura-se como uma *injustiça ambiental* (MARTINEZ-ALIER, 1999; ACSELRAD *et al*, 2004), na medida em que não atende ao contexto sócio-cultural no qual se insere, distribuindo desigualmente o ônus da produção energética. Logo, o reassentamento não pode ser considerado a solução final dos conflitos gerados pela construção de hidrelétricas, mas sim a formulação concreta desses conflitos, reveladora de distintos projetos de apropriação do espaço.

## Referências

ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H (Org.) Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H; PÁDUA, J. & HERCULANO, S. Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H. Apropriações sociais das mudanças climáticas. Revista Democracia Viva, n. 43. 2009.

ANEEL. Agência Nacional de Energia e Elétrica. Matriz de Energia Elétrica, 15/05/2012. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.asp>>. Acesso em: 13/05/2012.

BOURDIEU, P. Sobre o Poder Simbólico. In: BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

BOURDIEU, P. Espaço Social e Poder Simbólico. In: BOURDIEU, P. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, I.; JUCKSCH, I. Análise dos Ambientes Naturais da Zona da Mata Mineira Estudados em Projetos Hidrelétricos. In: ROTHMAN, F. Vidas Alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Editora Moderna, 1981.

COPAM/CIF. Transcrição de reunião na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte, 14/03/03.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATTO, Daniel (Coord.) Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DOS SANTOS, J. Violência no campo: o dilaceramento da cidadania. In: Revista Reforma Agrária, n. 22, Jan./abril 1992.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores do conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências. In: SANTOS, B. (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1987.

GALIZONI, F.; RIBEIRO, E. Cultura Material, Agricultura Familiar e Políticas Públicas para o Alto Jequitinhonha. In: VALDIR, J.; HENRIQUES, M. Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

GARCIA-VIEIRA, U. Limites do poder comunicativo e da argumentação técnica no licenciamento ambiental de hidrelétricas em Minas Gerais. 2000. Tese (Pós-graduação em extensão rural - título de Magister-Scientiae). UFV, 2000.

HARVEY, D. O Novo Imperialismo. Edições Loyola, São Paulo, 2005.

IBAMA. Parecer Técnico nº 028/2006.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEMOS, C. Audiências Públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidroelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé. 1999. Dissertação de Mestrado. IPPUR/UFRJ, 1999.

MAB. História do MAB. Disponível em: [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br). Acesso em: 18/05/2012.

MALARD, M. As aparências em arquitetura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

MARCUSE, H. A ideologia da Sociedade Industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.



MARQUES, I. O conceito de espaço rural em questão. In: Revista Terra Livre. São Paulo, ano 18, n. 19, 2002.

MARTINEZ-ALIER, J. Justiça Ambiental (local e global) In. CAVALCANTI, Clóvis (Org.) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. Cortez: São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, S. Conflito ambiental, política e justiça. In: Anais do IX ENANPUR, v.3, 2001.

OLIVEIRA, R. Conflitos socioambientais no licenciamento da usina hidrelétrica de Murta: a luta pelo sentido e destino do território no Médio Jequitinhonha-MG. Monografia. FAFICH/UFMG, 2005.

PÁDUA, J. A. Produção, Consumo e Sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. In: Projeto Brasil Sustentável e Democrático. Rio de Janeiro: FASE, 1999.

PENIDO, M. Conflitos ambientais no reassentamento dos atingidos pela UHE de Candonga: O planejado e as (im)possibilidades de realização do lugar. Monografia. IGC/UFMG, 2007

PENIDO, M.; PEREIRA, D. B.; LAGES, A. Contradições e improvisações no trato dos atingidos de Novo Soberbo. In: ZHOURI, A. (Org.). As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento Ambiental. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PINTO, V. Conflitos socioambientais em licenciamento de hidrelétricas: o caso de Candonga. Mestrado em Geografia. IGC/UFMG, 2005.

REBOUÇAS, L. O Planejado e o Vivido: O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

RIBEIRO, R. Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento. In: Novos Estudos. CEBRAP, n. 80, março 2008.

ROTHMAN, F. Licenciamento Ambiental e Lutas de Resistência a Barragens em Minas Gerais: Um Estudo Comparativo. In: ROTHMAN, F. Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

ROTHMAN, F.; MAGNO, L.; DELESPOSTE, A. Na certeza de que a Luta Continua: A histórica resistência às barragens na comunidade rural Casa Nova, município de Guaraciaba-MG. In: ZHOURI, A. (org). As Tensões do Lugar: Hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SACHS, W. Globalization and Sustainability. World Summit Papers of the Heirinch-Böll Foundation. Berlim, n. 6, 2000.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia do Bolso, 2007.

VAINER, C. *População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas*. Revista Travessia. Jan/Fev. 1993.

ZHOURI, A. & OLIVEIRA, R. *Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos* In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. B. (Orgs). *A Insustentável Leveza da Política Ambiental - desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. *Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização*. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZUCARELLI, M. C.; ZHOURI, A.. *Visões da Resistência: conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha*. In: SOUZA, J. V.; HENRIQUES, M. (Org.). *Vale do Jequitinhonha: formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2010.